

Nº 35
2017

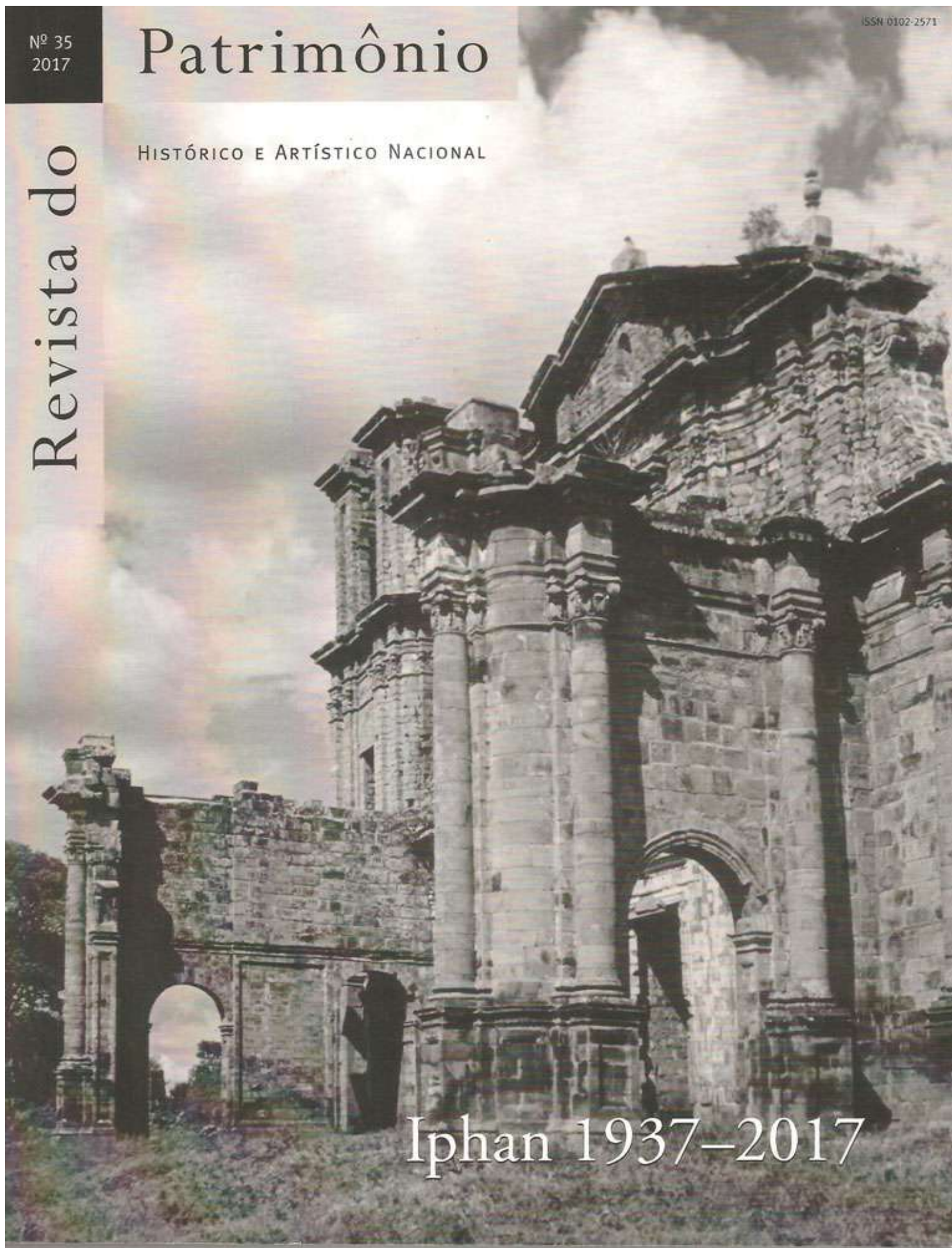
Patrimônio

ISSN 0102-2571

Revista do

HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Iphan 1937–2017





Paulo Ormino de Azevedo

PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO: A REVOLUÇÃO SILENCIOSA DE RENATO SOEIRO, 1967-1979

A mudança de guarda no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, em 1967, foi preparada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, seu fundador, com antecedência de vinte anos. Diante da recusa de Lucio Costa a se envolver com questões burocráticas, o escolhido foi o arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, um dos pioneiros da arquitetura modernista brasileira que colaboraram no projeto da estação de hidroaviões do Rio de Janeiro. Ele era o profissional mais qualificado para gerir o órgão cuja principal atribuição era preservar monumentos e cidades históricas. A sucessão era tão tácita que a transmissão do cargo foi feita num sábado pela manhã, sem a presença de autoridades nem jornalistas, como assinalou Carlos Drummond de Andrade:

Sai sem ruído, entra sem ruído Renato Soeiro, antigo e impecável colaborador dessa obra delicada e áspera. Soeiro conhece na palma da mão os problemas de seu ofício. E dono de uma energia mansa, tranquila, eficiente. O melhor, o mais certo substituto de mestre Rodrigo, para garantia de nossos bens de arte e história. Que o governo lhe dê meios para cumprir a tarefa, pois engenho e arte não lhe faltam, em sua nobre discrição (Andrade, 1969:32-33).

A preparação de Renato Soeiro para assumir o cargo incluiu sua promoção, em 1946, à chefia da Divisão de Conservação e Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – , DPHAN, em que havia sido transformado o Sphan, naquele ano, no mesmo nível de Lucio Costa. Durante 21 anos ele foi o braço direito de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Mas não bastava isso, era preciso estar a par do que acontecia nos organismos internacionais. Entre outras missões que lhe foram confiadas, ressaltamos a participação na reunião preparatória da Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural em Evento de Conflito Armado, Unesco 1952, o Simpósio de Preparação (1965) e a Reunião sobre a Conservação e a Utilização do Patrimônio e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, que aprovou as Normas de Quito, OEA, 1967. Em relatório desse evento, ele assinala a contribuição ao documento e a reivindicação de inclusão de Portugal e criação de um Centro Interamericano de Investigação e Estudos, no Brasil, para ampliar a assistência que o Iphan já dava à parte meridional do continente (Soeiro,

1967b). No mesmo ano de 1967, Soeiro foi eleito para o Conselho do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e o Restauro de Bens Culturais – ICCROM, Roma, e participa de reunião conjunta do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Icomos, e Institut Royal du Patrimoine Belgique para a organização do Centro de Documentação do Icomos (Soeiro, ca.1967d).

Os autores que mais têm estudado a política patrimonial no país – Gonçalves (1996), Fonseca (1997), Chuva (2009) e Sant’Anna (2015) – vêm dando pouca importância à interação do Iphan com os organismos internacionais, iniciada em 1952 e maximizada no período de 1967 a 1979. A ampliação do conceito de patrimônio cultural e natural, sua relação com o planejamento urbano e o aproveitamento turístico foram conquistas universais em que o Iphan teve um grande protagonismo.

O PANORAMA DA DÉCADA DE 1960

O ambiente socioeconômico e cultural brasileiro, no final da década de 1960, era inteiramente distinto dos trinta anos anteriores. A industrialização, deflagrada a partir da década de 1950, e a consequente urbanização haviam transformado o país. Aquele foi o período de maior urbanização do Brasil, quando o mercado imobiliário se estruturou em bases capitalistas. O desafio do patrimônio não era mais a afirmação, senão sua gestão, frente às pressões urbanas e econômicas.

A posse de Soeiro ocorreu no período mais duro da ditadura militar instalada com o golpe de 1964. Naquele ano de 1967, foi

outorgada uma nova Constituição e, um ano mais tarde, decretado o AI-5. No final de 1969, o presidente Gal. Costa e Silva sofreu um derrame e foi substituído por uma junta militar, passando depois o comando do país ao Gal. Emílio Garrastazu Médici, que endureceu o regime. A cultura era um dos setores mais reprimidos. Mas o governo militar, nacionalista, tendia a favorecer o patrimônio como fator de unidade nacional, como o fizera Vargas.

Soeiro tinha consciência de que o patrimônio não podia continuar à margem da dinâmica socioeconômica do país, como um peso morto. Os objetivos econômicos do regime militar, explicitados ainda no governo Castelo Branco com o Plano de Ação Econômica do Governo – Paeg, eram claros: desenvolvimento econômico e combate à inflação. A estratégia de Soeiro seria a integração do patrimônio a esse processo de desenvolvimento, cooptando para isso outras esferas de poder – federal, estadual e municipal. Esses pontos já estavam delineados em seu discurso de posse (Soeiro, 1967a) e seriam desenvolvidos no Plano Estratégico de Ação que analisaremos adiante.

Internamente a DPHAN enfrentava uma grave crise. Desde o término do Estado Novo, como assinalou Joaquim Falcão, o Sphan vinha perdendo prestígio (Falcão, 1984:21-38). Rodrigo reconheceria depois que os maiores problemas não eram com o setor privado, mas com o poder público (Andrade, 1987:53). O isolamento da DPHAN dentro do governo era crescente e a importância do órgão se devia mais ao alto conceito intelectual e ético de seu fundador e diretor, do que pelo trabalho realizado (Fonseca,

1997:138-141). Rodrigo não escondia seu dissabor. Em carta de 1960, ao amigo e historiador argentino Mario Buschiazzi, ele desabafava: "continuo preso ao posto de chefe da Dphan enleado nas mesmas dificuldades de sempre, que me parecem mais aflitivas na medida em que me sinto envelhecer" (Andrade, 1986:24).

Entre 1953 e 1967, o número de tombamentos havia se multiplicado por cinco, enquanto as verbas para conservação e restauração, deflacionadas, haviam encolhido para um terço da dotação de 1953 (Soeiro, 1967c). O órgão resistia, sem fazer concessão ao governo, como uma grande família amalgamada pelo carisma de seu diretor. A identidade da instituição com a figura de seu fundador/diretor fazia com que ele fosse conhecido como o "Sphan de Rodrigo" ou, no dizer de Drummond, "o casal Rodrigo-Sphan".

Trinta e um anos depois de fundado, o órgão não tinha regimento interno e mantinha praticamente o mesmo quadro de funcionários. O próprio Rodrigo ocupava o cargo em comissão. Ao deixar o serviço público, não tinha direito a aposentadoria, tendo sido necessário que o presidente Castelo Branco baixasse um decreto concedendo-lhe uma pensão.

Uma das críticas mais frequentes ao Sphan, no "período heroico", especialmente a endereçada pelos nordestinos – incluindo Gilberto Freyre, inspirador do conceito de patrimônio nacional, com sua casa-grande, capela e sobrado urbano –, era o favorecimento a Minas Gerais e ao Rio (Azevedo, 2016). Dos 745 tombamentos realizados no período, 320, ou cerca de 43%, estavam concentrados em Minas Gerais

(168) e Rio de Janeiro (152), refletindo a origem dos membros de seu grupo fundador (Brasil, 1994). Rodrigo defendia o tratamento privilegiado dado a Minas Gerais, dada a originalidade do Barroco mineiro.

O PLANO DE RENATO SOEIRO

Para orientar sua administração, Soeiro elabora, em 1968, um Plano Estratégico de Ação, que seguiria à risca, embora nunca o tivesse divulgado¹. Esse documento prova cabalmente que a expansão silenciosa do patrimônio na década de 1970 foi planejada por ele e não "apesar dele". Em cinco capítulos, ele define sua linha de ação. O primeiro é a "Filosofia" do órgão, que ele toma de empréstimo a Rodrigo, sinalizando a continuidade com a sua tradição:

Somente a extensão territorial, com seus acidentes e riquezas naturais, somada ao povo que a habita, não configura de fato o Brasil, nem corresponde a sua realidade. Há que computar também (,,,) a produção material e espiritual duradoura ocorrida de norte a sul e de leste a oeste do país, constituindo as edificações urbanas e rurais, a literatura, a música, assim como tudo mais que ficou em nossas paragens, como traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro (Andrade, 1987b:56).

O texto prioriza as ações a serem adotadas, começando pela reestruturação administrativa e financeira do órgão. Em seguida, propõe uma ampla campanha de conscientização cidadã do que representava o patrimônio como valor cultural, de identidade e como gerador de riqueza.

1. Ver detalhes do mesmo em Azevedo, 2013.

O segundo capítulo é denominado de "Instrumentação" e traça a estratégia para modernizar a emperrada administração do órgão. Ela se impunha não só para melhor atender aos encargos do Decreto-lei nº 25/1937, como para consolidar as leis complementares e acautelar o impacto das mudanças do país.

Assinale-se, ainda, o surto de desenvolvimento urbano e industrial do país que envolve, em seus planos, monumentos, conjuntos, até municípios tombados, obrigando a DPHAN à mobilização de técnicos para o exame e o acompanhamento desses projetos, além daqueles de sua própria iniciativa, visando a defesa e a valorização de bens e sua integração no plano nacional de turismo cultural, alguns já em realização, com assistência da Unesco e possivelmente em breve com a cooperação da OEA (Soeiro, 1968).

O terceiro capítulo, "Irradiação nacional", trata da descentralização do órgão e criação de uma rede de preservação do patrimônio nacional, integrada pela DPHAN e instituições assemelhadas estaduais e municipais a serem criadas. A ideia era pôr em funcionamento, pela primeira vez, o artigo 23 do Decreto-lei nº 25/1937, que previa acordos entre a União e os estados para a preservação do patrimônio nacional.

A DPHAN, atuando em todo o país, é órgão de irradiação nacional. Sua atuação será complementada:

- a) pelos Serviços de Patrimônio Histórico e Artísticos estaduais que têm incentivado e se destinam a atender não só a proteção de obras e monumentos de interesse regional, como de auxiliar a União na preservação dos monumentos nacionais ali localizados (...)
- b) pelos Conselhos Estaduais de Cultura e as

Casas de Cultura de iniciativa do egrégio Conselho Federal de Cultura (...) (Soeiro, 1968).

O quarto capítulo refere-se aos "Recursos" e traça uma estratégia de sustentação do órgão, com fontes alternativas como a criação de fundos, taxação da atividade turística e venda de produtos:

Além das verbas orçamentárias que lhe forem atribuídas no orçamento da União, os órgãos autônomos do PHAN e dos Museus Nacionais deverão participar de outras receitas, inclusive das provenientes de tributações e incentivos fiscais que incidirem direta ou indiretamente sobre atividades relacionadas com a cultura, tais como as ligadas à indústria do turismo, às transações e exportações de objetos e obras de arte, à venda de ingressos, publicações, reproduções, Fundos de Participação dos Estados e Municípios através de convênios, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura, a ser criado etc. (Soeiro, 1968).

Por fim o plano trata da "Legislação", acenando com a possibilidade de aperfeiçoamento da legislação patrimonial, especialmente no que toca a sua aplicação a cidades e conjuntos históricos. Com a complementação do Decreto-lei nº 25, ele pretendia:

- a) Efetivação da legislação proposta pelo Conselho Federal de Cultura, assegurando utilização condigna e conveniente aos monumentos inseridos nos Livros do Tombo da DPHAN.
- b) Distinção, em projeto a ser proposto, entre zona monumental e zona de ambientação como indispensável à maior e mais eficiente proteção aos bens tombados (...)
- c) Obrigatoriedade legal de prévia consulta ao órgão encarregado da proteção do patrimônio (...) de toda e qualquer iniciativa, pública ou particular, que interfira de algum modo na visibilidade e na ambiência do bem tombado.

d) Conveniência de se atribuírem aos proprietários, mediante proposta legislativa, de imóveis tombados que requeiram, benefícios e isenções compensatórios dos ônus do tombamento (Soeiro, 1968).

Esse capítulo se ocupa também da obrigatoriedade da educação patrimonial e da formação de técnicos, de diferentes níveis, para cuidar da preservação do patrimônio. Até então, a formação dos técnicos da DPHAN se fazia nos canteiros de obra.

O Plano Estratégico de Ação seria institucionalizado com os Compromissos de Brasília (Compromisso, 1970) e de Salvador, em 1971 (Brasil, 1973). Nele já estava prevista a criação do Ministério da Cultura, de um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura, como ocorreria em 1991 com o Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac, e de incentivos fiscais. Mas muitas de suas propostas não avançaram devido ao receio, dentro da própria DPHAN, de fragilizar o Decreto-lei nº 25/1937.

O Plano Nacional de Turismo, então em discussão, deveria beneficiar os centros históricos, monumentos e museus, mas os *lobbies* do turismo não permitiram. Em compensação, negociações junto ao Tribunal de Contas da União resultaram na Resolução nº 74/1970, que permitia destinar 5% da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados e Municípios a trabalhos de preservação da cultura. A grande ampliação dos recursos do órgão viria, porém, de convênios com outros ministérios, que analisaremos adiante.

Uma das recomendações do Compromisso de Brasília dizia respeito à formação de arquitetos restauradores,

conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos. O primeiro curso nacional de especialização em restauração para arquitetos ocorreria em 1974, na USP. A seguir foram realizados cursos em convênio com as Universidades Federais de Pernambuco (1976) e Minas Gerais (1978). A partir da sua quarta edição realizada em 1981 em Salvador, decidiu-se dar sede ao curso naquela cidade. Convênio semelhante foi celebrado com a Universidade Federal de Minas Gerais para formação de técnicos em conservação e restauração de bens móveis, dando origem ao Cecor.

O INÍCIO DA NOVA ADMINISTRAÇÃO

Os dois primeiros anos da administração de Soeiro foram de muito poucos recursos, reflexo da instabilidade do governo Costa e Silva e da junta militar que o sucedeu. Mas a nova administração não ficaria imobilizada, aproveitaria esse recesso para reestruturar a casa e buscar em instituições internacionais *expertise* para realizar os primeiros planos diretores de patrimônio de cidades históricas.

A cooperação com a Unesco, que havia sido iniciada em 1952, teve um grande reforço no final da administração de Rodrigo por iniciativa do embaixador Carlos Chagas junto àquele órgão, e resultou na missão do arquiteto Michel Parent, entre 1966 e 1968 (Leal, 2008). O título do relatório era: *Brésil, protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*, que expressava a nova diretriz da Unesco. No mesmo período, Soeiro participou da



elaboração das Normas de Quito, OEA, 1967. Esses dois documentos teriam um impacto muito positivo junto aos tecnocratas do regime militar.

Em abril de 1968, no início de seu mandato, Soeiro vai a Roma para uma reunião do Iccrom. Dali segue para Paris, onde acerta com a Unesco a volta de Michel Parent para uma missão no Pelourinho. Como esse não pôde voltar, em seu lugar foi acertada a vinda do arquiteto Jean-Bernard Perrin, especialista em legislação de cidades históricas (Brasil, 1980b). Consegue também a vinda dos urbanistas ingleses Graeme Shankland e Dave Walton, para elaborar um plano de turismo para o Pelourinho, e do arquiteto português Viana de Lima, para os estudos do plano diretor de Ouro Preto e avaliação de São Luís do Maranhão e de Alcântara como centros históricos. Para o ano seguinte, foi acordada a realização de missões no Pelourinho e em Ouro Preto e a elaboração de um plano urbanístico para Parati, pelo urbanista Limburg-Stirum. Através da OEA viriam o mexicano Flores Marine, e por organismos da ONU o colombiano Guillermo Trimmiño e o holandês Sylvio Mutal.

Estávamos no final da década de 1960 e o desenvolvimento econômico era a solução recomendada pelos organismos internacionais para superar a pobreza regional, em especial pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal. O turismo cultural, promovido pela Unesco e OEA, era apresentado como a tábua de salvação, não só do patrimônio, como da própria economia dos países da região. É nesse momento que o diretor da DPHAN procura o ministro Jarbas

Passarinho para pedir apoio para o seu plan e surge a ideia da realização dos encontros de governadores para a defesa do patrimônio (Sant'Anna, 2015:215).

De outra parte, se processava, com a Ca de Veneza de 1964, uma revisão do conceito de patrimônio, que deixava de ser a expressão da identidade nacional para se converter em uma herança comum de todos os povos. O monumento isolado perdia importância para os sítios urbanos e naturais. A Unesco promulgaria, em 1972, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em cuja preparação Soeiro teve papel importantíssimo. O Conselho da Europa lançava em 1975 a Declaração de Amsterdam, que defendia o princípio da conservação integrada, ou seja, a preservação de conjuntos históricos feita através da planificação urbana (*Cartas patrimoniais*). O Iphan estava inteiramente identificado com esse *aggiornamento* do pensamento preservacionista e seu diretor afirmaria, no final de seu mandato:

Mais preocupado com o monumento isolado nos seus 30 primeiros anos – 1937/1967 – e atuando quase sempre isoladamente, o desenvolvimento econômico do país vai impor-lhe novas obrigações, que se traduzem na necessidade de organização de planos de conjuntos urbanísticos, visando a preservação e o desenvolvimento dos núcleos históricos afetados pelas novas estradas, represas, complexo industriais etc., providências essas que definem uma segunda fase de atividades para o órgão e para a qual era indispensável o apoio dos governos dos estados e dos municípios, fase esta marcada pelos Encontros de Brasília e Salvador, em que foi fixada a nova política para o Iphan (Sociro, 1979a).

Essa nova orientação não ficou no papel. Entre 1967 e 1979, os conjuntos paisagísticos passaram de oito para quinze, enquanto o número de cidades históricas cresceu de nove para quatorze e os conjuntos urbanísticos de 24 para 29 (BRASIL, 1994). Começava-se a implementar, pela primeira vez, uma política para esses sítios, em vez de apenas tombá-los e congelá-los.

Na reestruturação administrativa do MEC, de 1970, Soeiro conseguiu incluir a transformação da DPHAN em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (Decreto nº 66.967, de 27/7/1970). O dilema estava entre criar uma fundação com maior agilidade, mas sem poder embargar obras, ou mantê-lo como um órgão centralizado do MEC, com todas as travas que isso implicava, porém com poder de polícia e direito a fórum privilegiado. Unificar os dois modelos de instituição parecia muito difícil. A solução encontrada foi a criação de uma autarquia, o Iphan. A história recente do órgão demonstrou o acerto da opção adotada.

A transformação da DPHAN em Iphan consistiu na adoção da proposta encaminhada ao MEC, pouco antes da posse de Soeiro, com base no art. 172 do Decreto-lei nº 200, de 25/2/1967. O fato dele incorporar essa proposta a seu Plano Estratégico de Ação revela sua participação na elaboração da mesma:

a) Criação de mais quatro Divisões Técnicas: Restauração de Obras de Talha e Pintura; Arqueologia; Museus Regionais e Casas Históricas; e Difusão Cultural, que deveria “abranger não só a divulgação através do ensino, como a iniciativa de execução de filmes documentários, publicações, programas de Rádio e TV Educativa (...)” (Soeiro, 1968).

b) Criação de mais cinco novos Distritos, com sedes em Belém, São Luís, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre.

c) Constituição de um serviço de Consultoria Jurídica.

d) Reformulação completa dos seus quadros administrativos e técnicos.

Essa proposta se transformaria no novo Regimento Interno do Iphan (Portaria MEC nº 230/1976). Para implantar essa reforma, Soeiro designa como seu assessor Irapoan Cavalcanti de Lyra, seu colega no Conselho da Casa de Rui Barbosa, que havia transformado aquele museu-biblioteca em uma fundação dinâmica.

A ASSOCIAÇÃO IPHAN/DAC E O PATRIMÔNIO IMATERIAL

Tendo integrado o Grupo de Trabalho Incumbido de Estudar a Reforma e Atualização das Instituições Culturais, em 1968 (Decreto nº 63.235/1968), Soeiro seria convidado pelo ministro Passarinho, dois anos mais tarde, para organizar o Departamento de Assuntos Culturais – DAC, do Ministério, cumulativamente com a direção do Iphan. Diante das limitações do Decreto-lei nº 25/1937 no que se refere aos bens imateriais, a criação do DAC abria a possibilidade de protegê-los com instrumentos adequados. Não se contava, até então, com uma política cultural integrada, e o DAC iria fazer as primeiras formulações. É com o DAC que se inicia a institucionalização do setor cultural no país, que resultaria na criação do Ministério da Cultura, em 1985 (Azevedo, 2013). Não se pode, portanto, desvincular a ação de Iphan

da do DAC, conduzida pelo mesmo diretor.

Em entrevista, após sua posse no DAC, Soeiro aponta, além das dificuldades conceituais, a insensibilidade da burocracia do MEC para com a cultura, totalmente absorvida pelas questões educacionais, e a falta de recursos para cumprir sua missão. Mas, mesmo assim, elabora e publica, em 1973, o Programa de Ação Cultural – PAC, no qual demonstra igual preocupação com a cultura do passado e do presente, do patrimônio material e imaterial e com o fomento da produção cultural.

O Departamento de Assuntos Culturais, do Ministério da Educação e Cultura, organizou o PAC, através do qual se propõe à execução e a criação de novas condições para que o acervo brasileiro no campo artístico, histórico, literário, arqueológico – e nas demais manifestações do pensamento – seja resguardado, ao tempo em que se intensifiquem e se multipliquem as atividades em todos os campos da cultura no país (Soeiro, 1973).

O principal programa do DAC era o Projeto Rodrigo M. F. de Andrade, de identificação e registro integral do patrimônio nacional. Resgatava-se assim o espírito da proposta de Mário de Andrade, de 1936, para o Sphan.

O Ministério da Educação e Cultura chegou à conclusão de que se apresenta o momento de se proceder a um diagnóstico do estágio de maturação cultural atingido por nosso processo histórico, utilizando-se as vantagens das ciências do homem e da tecnologia moderna, posta à nossa disposição e com as quais nos será permitido o levantamento da realidade cultural brasileira. Assim, o Projeto Rodrigo M. F. de Andrade, promovendo um inventário da inteira produção do passado e do presente brasileiros, nos diversos

campos da cultura, pretende integrar, preservar e incentivar tudo aquilo que for digno de apreço e que, ao mesmo tempo, torne as populações conscientes dos seus valores locais dentro da cultura nacional (Soeiro, 1973).

O inventário seria um dos objetivos da fundação a ser criada para tornar mais ágil a ação do Iphan, mas não chegou a ser realizada diante da extensão da tarefa e pelo fato de Soeiro ter deixado a direção do DAC para se dedicar integralmente ao Instituto. Deve-se ressaltar que não existia, na época, uma experiência internacional nesse campo, salvo em uma cultura muito diversa da ocidental, como a japonesa. A primeira manifestação da Unesco sobre o assunto seria a *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*, de 1989.

As manifestações culturais imateriais e performáticas, além de registradas, deveriam ser incentivadas, amparadas e desenvolvidas. Para isso foi criada, em 1975, no DAC, a Fundação Nacional de Arte – Funarte, que cuidaria da música – popular e erudita –, das artes plásticas e visuais, incorporando a Fundação Nacional de Artes Cênicas – Fundacen e o Instituto Nacional de Folclore – INF. Subordinados ao DAC também estavam a Fundação do Cinema Brasileiro – FCB e seu braço comercial a Embrafilme, criada em 1969 para divulgar o filme nacional no exterior, mas que seria redirecionada, em 1975, para a produção e distribuição de filmes nacionais no mercado interno, de qual chegou a conquistar 40%.

O Programa de Ação Cultural do DAC seria a semente do primeiro plano federal de cultura, intitulado Política Nacional de Cultura – PNC, de 1975, elaborado

por uma comissão de membros do MEC e do Conselho Federal de Cultura, sob a coordenação de Afonso Arinos de Melo Franco, intelectual muito ligado ao Iphan (Fonseca, 1997:183). Nele o conceito de cultura como identidade era oficializado pelo MEC. O país só iria ter um segundo Plano Nacional de Cultura em 2010.

Em função dos trabalhos que se realizavam no país naquele período, o diretor do Iphan foi convidado a participar de numerosas reuniões da Unesco. Além da reunião do ICCROM, já referida, assinala-se o Seminário sobre Formação de Arquitetos em Conservação e Restauração de Monumentos, Pistoia, 1968; a Conferência Intergovernamental sobre Aspectos Institucional, Administrativo e Financeiro das Políticas Culturais da Unesco, Veneza 1970; e a reunião do Comitê de Experts sobre a Preservação e Expansão dos Valores Culturais, Varsóvia, 1977 (Azevedo, 2013).

Fundamental seria a contribuição brasileira na reunião do Comitê Especial de Peritos Intergovernamentais incumbidos de preparar os projetos de Convenção e Recomendação sobre a Proteção de Monumentos, Conjuntos e Lugares Históricos, Paris, 1972. A maioria dos 52 delegados nacionais queria que a Convenção tivesse como foco o patrimônio cultural, de acordo com a convocação da reunião, enquanto os Estados Unidos e o Canadá, com seu grande peso político e possuidores de grandes parques naturais, pressionavam para que ela tratasse apenas de temas ligados ao patrimônio natural. Armou-se, assim, uma contenda aparentemente sem solução. Soeiro, eleito por aclamação vice-presidente do Comitê, convence as duas partes a ampliar

o objeto da proposta, aprovando-se, assim, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, na 17ª Assembleia da Unesco (*Jornal do Brasil*, 1972).

No que toca à OEA, assinala-se a reunião que promulgaria as Normas de Quito (1967) e a reunião para elaboração do anteprojeto do Programa Regional de Desenvolvimento Cultural e Avaliação do Desempenho do Departamento de Assuntos Culturais, Washington, 1968. Como membro do Comitê Interamericano de Cultura – Cidec, Soeiro participou, entre 1970 e 1974, de sete das oito reuniões do grupo, realizadas em diferentes países das Américas. Em 1972, Soeiro presidiu a reunião do grupo de especialistas designados pela OEA para o Estabelecimento de Normas Visando a Identificação, Proteção e Vigilância do Patrimônio Cultural dos Países Americanos, São Paulo, 1972. Participou, ainda, da IV Reunião do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura – CIECC, em Mar del Plata 1972, onde foi aprovada a resolução sobre o mesmo tema (Soeiro, ca.1967d).

O PROGRAMA DAS CIDADES HISTÓRICAS

Para os militares, uma das questões mais preocupantes eram os desníveis regionais, que provocavam tensões sociais e expulsavam os retirantes em busca de melhores condições devida. O maior desses desafios ocorria em Pernambuco, com as Ligas Camponesas, lideradas pelo deputado Francisco Julião. Por um acaso estavam em altos postos do governo

federal representantes das duas regiões menos desenvolvidas do país: João Paulo Reis Veloso, piauiense, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República – Seplan-PR, Jarbas Passarinho, acreano, ministro do MEC e, logo abaixo dele, Renato Soeiro, paraense, diretor do Iphan e DAC, e Josué Montelo, maranhense, diretor do recém-criado Conselho Federal de Cultura. Eles e outras lideranças políticas e até militares viam no desenvolvimento daquelas regiões, mais que na repressão, a solução para o problema². Com a riqueza patrimonial da região, experiência de planejamento de cidades históricas e as recomendações da Unesco e da OEA, o diretor do Iphan sugeriria um programa de desenvolvimento do Nordeste com base no turismo cultural.

O Iphan, com o novo estatuto, podia firmar convênios com outros ministérios e efetivamente firma um amplo convênio com a SEPLAN-PR visando a preservação do patrimônio cultural. O programa foi criado pela Exposição de Motivos nº 076-B, de 21/5/1972, e detalhado por um Grupo de Trabalho Interministerial reunindo representantes do MEC, Seplan-PR, Sudene e Embratur. O representante do MEC era o diretor do Iphan e DAC, articulador da proposta. Chamava-se Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua Utilização para Fins Turísticos, nome depois reduzido para Programa das Cidades Históricas, ou PCH. A sua denominação original evidencia a

inspiração na reconstrução europeia depois da II Guerra e recomendações da Unesco e da OEA.

A primeira reunião do grupo foi realizada na representação da Seplan-PR no Recife, em janeiro de 1973, e ali ficaria sediado o PCH. Os recursos eram provenientes do fundo Plano de Ações Integradas da Seplan-PR, que financiava 80% dos projetos apresentados por estados e municípios, e estes bancavam os 20% restantes. Os projetos deviam ser previamente aprovados pelo Iphan. Com esse programa milionário, o protagonismo da preservação do patrimônio se deslocou do Rio para o Recife.

Em 1975, em plena ascensão do PCH, o brilhante Aloisio Magalhães, *designer* oficial do regime militar, mas sem antecedentes na área do patrimônio, criou o Centro Nacional



2. Vanderli Silva (2001) aponta forte influência da doutrina da Escola Superior de Guerra – ESG na política cultural inaugurada em 1974.

de Referência Cultural – CNRC, através de convênio da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e o Ministério da Indústria e Comércio, como um programa paralelo e alternativo ao Iphan.

O sucesso do PCH foi tanto, que ele foi, por reivindicação, estendido em 1977 aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Nesse período, o Sudeste volta a arrebatar dois terços dos recursos do programa, assustando os técnicos do Recife. Entre 1973 e 1979, foram financiados 193 projetos de restauração de monumentos, além das intervenções em dez conjuntos urbanos, da realização de quinze planos diretores de preservação de cidades históricas, onze cursos e seminários de formação de mão de obra de níveis médio e superior e oito projetos de inventário e pesquisa (Sant'Anna, 2015:234).

O PCH seria estendido a todo o país, em 1979, e incorporado ao Iphan. Mas o órgão não tinha os recursos da Seplan-PR, sobretudo durante a época do chamado "milagre brasileiro". Com as atribuições aumentadas e as verbas reduzidas, Soeiro, sem desanimar, imaginava lançar mão de recursos destinados à habitação social do Banco Nacional da Habitação – BNH³.

Uma nova etapa é aguardada com a incorporação definitiva do Programa (das Cidades Históricas) ao Iphan e o envolvimento indispensável com outros setores da Administração Pública e da área privada, o que deverá resultar na cooperação de organismos federais de financiamento para a tarefa de preservação e valorização do acervo residencial dos bairros e

núcleos urbanos tombados. Somente uma ação conjunta com aqueles organismos financeiros aliados, mais uma vez, aos órgãos de cultura será possível resguardar a nossa identidade cultural, possibilitando, de maneira democrática, a solução para o problema que a coletividade brasileira enfrenta para garantir estes direitos básicos do indivíduo: o da habitação e o da livre transmissão da cultura (Soeiro, 1979c).

Em 1983, foi realizada a última dotação importante de recursos para o programa, com um empréstimo de 7 milhões de dólares concedido pelo governo francês. Entre 1973 e 1983, foram investidos no PCH cerca de 73,8 milhões de dólares, incluídas as contrapartidas dos estados, um montante de recursos com que nunca mais a área do patrimônio viria a contar (Sant'Anna, 2015:235).

A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E A NOVA POLÍTICA CULTURAL

A progressiva desativação do PCH, no início dos anos 1980, deveu-se não só à menor disponibilidade de recursos como à mudança de foco da política cultural. Nos últimos anos da década de 1970, com a crise econômica que obrigou o Brasil a pedir empréstimo ao Fundo Monetário Internacional, a volta galopante da inflação e a crescente oposição ao regime militar, era preciso reformular a política cultural, como já chamaram a atenção Vera Milet (1980), Vanderli da Silva (2001) e Roberto Sabino (2012).

Com efeito, na década de 1970, o Estado, que, em 1964, rompera com o pacto populista, definindo-se claramente como um Estado de classe, encontra-se em crise de legitimação,

3. No ano anterior este autor havia apresentado uma proposta nesse sentido, num seminário do BNH em Salvador, que foi muito bem recebido pelo banco e pelo Iphan (Azevedo, 1988).

necessitando, urgentemente, ampliar suas bases sociais. Para tanto, recorre a um ideário em que todos se sintam representados. É nesse sentido que retoma o ideário contido no projeto de proteção aos bens culturais de autoria do escritor Mário de Andrade, proposto em 1936, que valoriza melhor a heterogeneidade e complexidade culturais inerentes à formação social brasileira (Milet, 1988:192).

O Gal. João Figueiredo toma posse em março de 1979 e nomeia para o MEC o pernambucano de formação Eduardo Portella. Este, por sua vez, indica o sociólogo e filósofo Pedro Demo como Subsecretário-Geral do MEC. Demo trabalhava no Ipea, do Ministério do Planejamento, desde 1970. O PCH era um projeto custoso e de resultados a longo prazo, o que não atendia aos interesses imediatistas do governo de transição do Gal. Figueiredo. Pedro Demo, orientado por Portella, seria o principal formulador da nova política cultural do país. É dele o texto que se segue, de 1979:

No quadro da política social, o cuidado cultural aparece normalmente como secundário. Essa ótica desagrade os culturalistas, mas, uma vez bem enfocada, pode ser recolocada na linha da sedimentação de traços culturais participativos, como pontos altos do processo educativo, bem como do processo cultural.

Dentro de um país com profundos desequilíbrios regionais e sociais, a meta prioritária da política social é a população de baixa renda, que, além de muito pobre, é também maioria (...). Esse conteúdo cultural pode revelar alienação acentuada, quando se perde na identificação de valores ligados à elite, como se o povo não tivesse cultura. Por isso, insistem em que a identificação se volte para o todo da sociedade, principalmente para o povo, podendo valorizar manifestações

populares da religião, do folclore, de hábitos de alimentação, hábitos de cura, hábitos de lazer etc., e não somente traços característicos do consumo elitista (Demo, 1980:89-90).

Essa era uma reivindicação difusa de grupos marginalizados da sociedade brasileira que buscavam o reconhecimento de sua identidade étnica, como negros e índios. Esses grupos não tinham monumentos, mas uma cultura imaterial importante. A cooptação das camadas populares fazia parte da estratégia de abertura política gradual e controlada, frente ao fortalecimento de movimentos sociais, como as Comunidades Eclesiais de Base e outros (Sabino, 2012:5)

Por outro lado, durante a década de 1970, a indústria imobiliária se fortaleceu fundando a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário – Ademi em praticamente todos os estados. A nova política cultural desviava o foco dos sítios urbanos e naturais para bens imateriais, sem valor de mercado, aliviando o orçamento do órgão e a tensão com o setor imobiliário, que pressionava contra o tombamento de conjuntos históricos, cidades e até municípios inteiros.

Além dessas duas forças, existia uma luta surda pelo controle de um órgão que possuía naquele momento muitos recursos e prestígio junto a governadores e prefeitos. A disputa pelo Iphan não era apenas conceitual, senão política e regionalista. Pode-se dizer que a mudança nos rumos do Iphan em 1979 foi, além de uma tentativa de cooptação de setores populares para a transição democrática gradual, a revanche do Nordeste em razão do monopólio do

órgão por um grupo de intelectuais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, durante 43 anos.

O discurso alternativo de Aloisio Magalhães, sua relação com os militares, os trabalhos do CNRC, ao lado da sua origem pernambucana, tornavam o seu nome o mais adequado para tocar a nova política no Iphan. Com seu carisma e o apoio da Globo, para quem havia feito sua primeira logomarca, Aloisio se transforma em uma estrela nacional. Entrevistado, logo após sua posse, por um jornalista que lhe perguntou se lhe causou surpresa a sua nomeação para diretor do Iphan, Aloisio responde:

Há duas respostas. A primeira: não me causou surpresa (...). O ano passado comecei a me preocupar com a institucionalização do CNRC (...). Então cheguei à conclusão que havia um órgão oficial onde o CNRC caberia perfeitamente: o Iphan (...). Me surpreendi com a nomeação porque há grande diferença entre ter um conceito de um determinado problema e se deparar, depois, com a realidade, a fim de resolvê-lo (Magalhães, 1985:113-114).

Após a posse, a nova diretoria do Iphan põe em execução estudos que encontrou de sua antecessora, como uma fundação para agilizar a ação do órgão. Aloisio opta por criar um sistema formado por uma Secretaria de Estado, a Sphan, e uma fundação. Sistema que viria a ser designado como Sphan/Pró-Memória. Entre os objetivos da nova fundação figurava o Projeto Rodrigo M. F. de Andrade, do DAC, para a realização do grande inventário cultural, que nunca foi realizado.

Aloisio manteve na Sphan os arquitetos que ele apelidou de "pedra e cal" e colocou na Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM os

antropólogos e filósofos que vieram do CNRC. A Fundação Pró-Memória tinha as atribuições de definir a política do órgão, selecionar referências culturais e financiar o sistema. A Sphan tinha as funções duras da aplicação da lei: tombar, fiscalizar e embargar. Os funcionários da Sphan recebiam os salários da administração pública e os da Fundação, os de mercado. Enquanto Aloisio, com seu carisma, dirigiu os dois órgãos não houve grandes conflitos, eles surgiram depois.

Aloisio transforma, então, o DAC em Secretaria de Cultura – SEC, núcleo do futuro ministério e assume sua direção. Para o sistema Sphan/Pró-Memória ele nomeia Irapoan Cavalcanti de Lyra, carioca, filho de tradicional família pernambucana, antigo colaborador de Soeiro. Com sua morte prematura, em 1982, os técnicos da Seplan-PR no Recife, da Sudene e um grupo de intelectuais do local conseguem de Eduardo Portella nomear para sucedê-lo na Secretaria de Cultura do MEC outro contrerrâneo, Marcos Vinícios Vilaça, membro do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco. O novo secretário mantém Irapoan Lyra na presidência do sistema Sphan/Pró-Memória, mas a disputa entre os dois grupos continuaria.

O Sphan/Pró-Memória não conseguiu criar um instrumento apropriado de preservação do patrimônio imaterial, nem abandonar o patrimônio de "pedra e cal" protegido por lei. Uma das suas mais fiéis colaboradoras reconhece que a proposta de Aloisio permaneceu apenas no discurso.

O fato é que, na prática, a síntese pretendida por Aloisio Magalhães não chegou a se concretizar

realmente, e as inevitáveis diferenças de orientações dos técnicos das três instituições (Sphan, CNRC e PCH) "fundidas", sobretudo entre os da "referência" e os da "pedra e cal", não foram superadas em uma proposta de trabalho comum. A proposta do CNRC, apropriada e desenvolvida pela FNPM, encampada pela SEC e, em certa medida, inclusive pela Constituição Federal de 1988, ficou conhecida praticamente apenas enquanto discurso (Fonseca, 1997:200-201).

Com a redemocratização e a criação do Ministério da Cultura pelo presidente José Sarney, em 1985, o seu mais duradouro ministro, o cearense Celso Furtado, entendendo que a disputa era regionalista, nomeia para a Fundação Pró-Memória o pernambucano Joaquim Falcão, ligado à Fundação Joaquim Nabuco, e para a Sphan o professor Ângelo Oswaldo, mineiro. Mas essa divisão salomônica não resolveria a disputa. Na onda neoliberal, Sarney, na tentativa talvez de resolver a contenda, delega ao setor privado a política cultural do país, com a lei de renúncia fiscal que levou seu nome. Diante das infundáveis brigas intestinas do órgão, o presidente Collor de Mello dissolveu o sistema Sphan/Pró-Memória, em 1990, e o substituiu pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC, de vida curta. Com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o órgão voltaria a ser um instituto, em 1994, como havia concebido Renato Socio.

Socio havia favorecido o Nordeste com o PCH e valorizado o patrimônio imaterial e popular com a Funarte, mas era o herdeiro institucional de Rodrigo e seu grupo, ainda que não fosse mineiro, nem carioca, e tivesse uma plataforma de ação muito distinta

da dele. José R. S. Gonçalves, referindo-se à primeira publicação da Fundação Pró-Memória, que pretendeu historiar a trajetória do Iphan (Brasil, 1980a), comenta:

De acordo com a historiografia oficial do Iphan, o "período heroico" da instituição corresponde àquele que se estende desde a sua criação em 1937 até a morte de Rodrigo, em 1969. Um segundo período é identificado por essa historiografia, de 1969 (sic) a 1979, tempo em que a direção esteve a cargo de Renato Socio, próximo colaborador de Rodrigo, mas que não foi marcada por quaisquer mudanças significativas em termos de política oficial de patrimônio (Gonçalves, 1996:51).

A ocultação da obra de Socio pelo Sphan/Pró-Memória era fundamental para a afirmação da nova política cultural e do grupo emergente. Quem melhor resumiu o legado da administração de Renato Socio foi Marcia Sant'Anna em sua imparcial história do Iphan registrada no livro *Da cidade-monumento à cidade-documento*.

A gestão de Renato Socio correspondeu ao processo de modernização administrativa do Iphan e à democratização da questão do patrimônio. Foi nesse período que o patrimônio, apesar das resistências, extrapolou o âmbito do órgão criado por Rodrigo M. F. de Andrade e passou a ser também assunto de governos estaduais e municipais. Correspondeu ainda ao período em que o Iphan contou com o maior volume de recursos para investimento desde a sua criação, o que, a nosso ver, põe por terra a afirmação de que Renato Socio não gozava de bom trânsito político no governo. Bastaria também lembrar que ele foi o primeiro diretor do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, origem e embrião do futuro Ministério da Cultura (...). Não fossem suficientes os fatos citados, a administração de Socio também

poderia ser caracterizada como o momento em que se formulou uma nova política de preservação de áreas urbanas (Sant'Anna, 2015:256-257).

Soeiro foi demitido sumariamente, após 41 anos de serviços em prol da cultura nacional, sem, ao menos, um telefonema do ministro Eduardo Portella. Coube a Carlos Drummond de Andrade, seu colega de lutas no Iphan, fazer o desagravo numa nota jornalística sutilmente chamada de "A recompensa de Soeiro", que termina assim:

A alegria de ter bem cumprido a missão sem embargo daquilo que não pôde fazer, por deficiências insanáveis do aparelho administrativo brasileiro, há de pousar na casa de Renato Soeiro como recompensa melhor, senão única, do seu trabalho (Andrade, 1979).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. "Rendição de guarda". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1967, apud *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos da DPHAN, 1969, p. 32-33.
- _____. "A recompensa de Soeiro". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 mar. 1979. Caderno B, p. 5.
- ANDRADE, Rodrigo M.F. de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: MEC/FNPM, 1968.
- _____. *Rodrigo e o Sphan*. Rio de Janeiro: MinC/Sphan/Pró-Memória, 1987a.
- _____. "O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". Aula proferida no Instituto Garujá-Bertioga, São Paulo, em 17/1/1964. In: ANDRADE, R. M. F. de. *Rodrigo e o Sphan*. Rio de Janeiro: MinC/Sphan/Pró-Memória, 1987b, p. 56.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo. A recuperação do patrimônio habitacional. *Rua – Revista de Urbanismo e Arquitetura*. Salvador, Faculdade de Arquitetura da UFBA, n.1, v. 1, 1988, p. 35-51.
- _____. "Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil". In AZEVEDO, P.; CORREA, E. (org). *Estado e sociedade na preservação do patrimônio*. Salvador: Edufba/IAB, 2013, p. 19-53.
- _____. "PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana". In: *Anais do Museu Paulista*, vol. 24, n.1. São Paulo: jan-abr. 2016. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100237, acessado em 1º/12/2016.
- BRASIL, MEC/DPHAN. *Compromisso de Salvador*. 2.º Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Rio de Janeiro, 1973.
- BRASIL, MEC/Sphan/Pró-Memória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980a.
- _____. *Restauração e revitalização de núcleos históricos: análise face à experiência francesa*. Brasília, 1980b.
- BRASIL, MinC/Sphan/FNPM. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 4ª ed. Rio de Janeiro, 1994.
- CARTAS PATRIMONIAIS. Disponível em www.portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acessado em 2/12/2016.
- CHUVA, Márcia R. R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- COMPROMISSO de Brasília. São Paulo: Departamento de História da Universidade de São Paulo/Instituto de Arquitetos do Brasil-SP; 4º Distrito da DPHAN, 1970.
- DEMO, Pedro. *Pobreza socioeconômica e política*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1980.
- FALCÃO, Joaquim Arruda. "Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio artístico e histórico nacional". In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984, p. 21-39.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Iphan, 1997.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1996.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 8 abr. 1972.
- LEAL, Claudia Feierabend Baeta (org.). *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: Iphan/Copelos, 2008.
- MAGALHÃES, Aloisio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Brasília: Fundação Pró-Memória, 1985.

MILET, Vera. *A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil*. Olinda: Prefeitura Municipal, 1988.

SABINO, Roberto. *As disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)*. Resumo de dissertação defendida no PPG de Museologia e Patrimônio da Unirio/Mast. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em www.culturadigital.br/politicaculturalcasadueruibarbosa/files/2012/09/Roberto-Sabino.pdf. Acessado em 1º/12/2016.

SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil*. Salvador: Iphan/Oiti Editora, 2015.

SILVA, Vanderli M. da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 211.

SOEIRO, Renato de A. D. "Discurso proferido no ato da posse como Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". Rio de Janeiro, 24 jun.1967a. (Arquivo Noronha Santos, Sphan – Personalidades. SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. Pasta. 93.03.13.S). Não paginado.

_____. "Notas sobre a reunião de Quito", 14/2/1967b. Iphan/Copedoc, Rio de Janeiro, Personalidades.Soeiro, R., IIA, p.422.

_____. "Reaparelhamento do patrimônio histórico e artístico nacional". Trabalho apresentado na 14ª Sessão Plenária do Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 27 abr.1967c. Iphan/Copedoc. Rio de Janeiro, Personalidades, Soeiro, R., IIA, p.422.

_____. "*Curriculum Vitae*". Rio de Janeiro, ca. 1967d. (Arquivo Noronha Santos, Sphan – Personalidades. SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte, pasta. 93.03.13.S). Não paginado.

_____. "Plano Estratégico de Ação". Rio de Janeiro, 14 set. 1968. (Arquivo Noronha Santos, Sphan – Personalidades. SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. Pasta. 93.03.13.S). Documento datilografado sem título, em papel timbrado do órgão, definindo a política a ser seguida pelo órgão. Título atribuído pelo autor. Não paginado.

_____. *O Programa de Ação Cultural, em 1973*. Brasília: MEC/DAC, 1973. Não paginado.

_____. "Pronunciamento lido na sessão do Conselho Consultivo do Iphan 13 mar.1979a". Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos, Sphan – Personalidades. SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte, Pasta. 93.03.13.S. Não paginado.

_____. "Discurso de transmissão do cargo". Rio de Janeiro, 27 mar.1979b. (Arquivo Noronha Santos. Sphan – Personalidades. SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. Pasta. 93.03.13.S). Não paginado.

_____. "Discurso de agradecimento à homenagem do Instituto de Arquitetos do Brasil". Rio de Janeiro, 30 mar.1979c. (Arquivo Noronha Santos. Sphan – Personalidades. SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. Pasta. 93.03.13.S). Não paginado.

SOPHIA, Daniela. "As políticas de preservação do patrimônio na arena federal sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979)". In: GRANATO, Marcus (org.). *Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Museu da Astronomia e Ciências Afins, 2015, p.317-338. Disponível em http://www.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf. Acessado em 1º/12/2016.

Ma
Acer
Cyra

